

1.º Volume



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FAL-DECR-  
FL 91

## PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE .....

..... VARA

Escrivão:

Fls. 1

### PROCESSO

PROCESSO 03300009597 NRO. VARA 000372  
VARA 4. VARA CIVEL - SL 1. JUIZADO  
TP AUTOFALENCIA

REUS 0000 AUTORES 0001 0001

OF. JUST 0000000SORTEIO  
DISTR. CONT. SAO LEOP. 29/12/1975

PROCESSO 03300009597

COD AUT 0001  
NOME AUT CONSTRUTEC INDUSTRIA DA CONS  
TRUCAO LTDA

### AUTUAÇÃO

..... dias do mês ..... do  
..... centos ..... em meu cartório autúo  
..... ante seguem: .....

O Escrivão

EXMO. SR. DR. JUIZ DA  
DE SÃO LEOPOLDO - RS

VARA CÍVEL DA COMARCA



CONSTRUTEC INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO  
LTDA., sociedade com sede em São Leopoldo -  
RS, na rua Jacob Wieckert, 200, inscrita no  
CGC/MF sob o nº 96.750. 740/0001-14, com  
seus atos constitutivos arquivados na junta  
comercial do Rio Grande do Sul sob o nº  
43200171289, vem, perante V. Exa., com o  
devido acatamento e respeito, por seu diretor  
regularmente investido, conforme última  
alteração contratual que se acosta ( doc nº 01 ),  
através do seu patrono constituído, instrumento  
de mandado que se acosta ( doc. nº 02 ),  
REQUERER sua AUTOFALÊNCIA pelos fatos e  
fundamentos que passa a expor:

### I OS FATOS

Encontra-se atualmente a requerente a sofrer inúmeras execuções como se comprova pelas certidões positivas e documentos inclusos, em que pese os esforços do diligente diretor da Empresa peticionária, as execuções sofridas determinaram grave e insuperável restrição de crédito que impossibilita o andamento normal do comércio até aqui exercido:

33900095  
Na data em que foi arquivado este documento  
Em 29 de 12 de 1995  
O Juiz

pm

num. 3300009597 SORTEIO livro 30  
classe 38 serie 1 folha 46  
29/12/1995

Vara - 4.CIVEL-SL 1. JUIZADO

Escritorio = 4.CIVEL-SL 1. JUIZADO



Ressalta-se que a Empresa, em que pese sua inanidade financeira atual, possui a sede, bem como créditos a receber através de promissórias vencidas e vincendas em conformidade com o balanço contábil juntado;

Nada mais do que isso se deu com a Requerente, pois que ela a muito vem renegociando tais créditos, na esperança de que este estado político-económico, fosse transitório, em especial no tocante as taxas de juros bancário que gerou o estado financeiro precário já aludido, provocando o presente pedido.

## II DO DIREITO

Sendo esta a realidade fática, chega hoje ao ápice o esforço ~~que~~ a peticionária vinha levando a cabo através do seu gestor vistas a cumprir as obrigações da Empresa;

Hodiernamente, não tem mais meios indispensáveis a tais adimplementos em pecúnia como lhes é exigido, embora possua, como já mencionado alguns bens e créditos a receber;

A doutrina contempla esse estado de coisas ao interpretar o disposto no art. 8º da Lei de Quebras, em relação a que, o extraordinário RUBENS REQUIÃO, faz o comentário abaixo transcrito

..."Pode e deve o devedor requerer a decretação judicial de sua própria falência, tomando essa iniciativa quando não puder pagar no vencimento



Inobstante diversas composições ao longo desse tempo levadas à cabo à bem de não ensejar a insolvência do mesmo, não existem, hodiernamente, as necessárias condições de solvimento em pecúnia dos créditos dos credores, que assim, a perdurar essa realidade restariam prejudicados em seus direitos, mesmo que postulassem judicialmente;

Cumpre que se anote que a situação de endividamento da suplicante e ensejadora deste pedido, decorre da própria situação econômica geral e de modo especial a crise financeira do mercado imobiliário que se abateu sobre a cidade de Novo Hamburgo ( docs. anexos ), consequência lógica disso, é o atendimento aos acenos de instituições de crédito quanto a tomada de empréstimos e financiamentos, isto porém, em base que, até em primeira vista, parecem atender às aspirações e interesse do empresariado. Dentro deste contexto encontram-se os famigerados custos financeiros e outras avenças, principalmente no tocante à correção e juros, completamente inviabilizadora de qualquer entendimento comercial que tenha sido alvo desses pactos;

Em virtude de estar com seus recursos exauridos e não dispondo de capital próprio para promover campanha publicitária de vendas, não podendo, assim, promover a viabilização do empreendimento, o grupo peticionário, fez a entrega das garantias hipotecárias convencionadas no contrato nº 426.465-7 celebrado com o BANCO BRADESCO S/A, datada de 19 de dezembro de 1995, que se acosta;

Dai emerge a falta de capital de giro com que se viabilizaria o enfrentamento dos débitos contraídos com fornecedores com vistas ao andamento das atividades comerciais

Rm



obrigação líquida. Assim determina o art. 8º da Lei que regula o processamento da auto falência em sua fase preliminar " ( In Curso de Direito Falimentar - 7ª edição - 1º volume - pag. 87 ).

Caracterizada está, pois, a insolvência da indutora da quebra ora confessada pela devedora, eis que não tem mais condições de compor seus débitos, não pretende o agravamento da situação da Empresa, nem tampouco o prejuízo dos credores em que pese até terem eles se socorrido do processo executivo em sua maioria, não desejando a falência configurada. Só que tais pressões econômicas a ninguém aproveitariam em face da inanidade financeira ressaltada acima, sendo preferível a declaração falimentar, de onde adviriam vantagens bem mais sólidas e maiores a todos;

Com efeito, o instituto falimentar, longe de se constituir um instrumento de pressão econômica, é uma benesse legal instituída em favor do devedor comerciante e seus credores, e é justamente desse direito e dessa obrigação - art. 8º da Lei de Falência -, que visa a peticionária a se valer;

Instrui a Autora a presente com as provas de sua qualidade de comerciante e das demais alegações aqui expendidas, bem como a documentação exigida nos incisos e parágrafos do art. 8º do decreto lei 7.661/45, como sejam; balanço do ativo e passivo com as avaliações aproximadas dos bens sociais, relação nominal de credores com especificação de cada crédito e demais dados de cada um, o Contrato Social com a última alteração contratual.

Pm



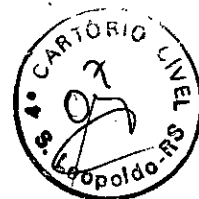
Da mesma forma, acostam-se os livros aludidos no parágrafo 3º do art. 8º do Decreto -Lei nº 7661/45, com vistas a seu depósito em cartório.

### III REQUERIMENTOS

ANTE O ACIMA EXPOSTO, REQUER:

- a) Se digne V. Exa., na forma da fundamentação supra, DECLARAR A AUTOFALÊNCIA aqui perquerida, praticando-se para isso, todos os atos e termos processuais legalmente exigidos, inclusive a nomeação imediata do síndico na forma da Lei, comunicação à Junta Comercial de Estado do Rio Grande do Sul;
- b) Sejam dispensadas as custas em razão da inanidade financeira da requerente já acima afirmada, as quais, no entanto, poderão ser adimplidas no curso ou no encerramento do feito com a excussão patrimonial;
- c) Seja o diretor, EDGAR DE BARCELLOS SCHARAM que compareça em cartório, concomitantemente a interposição desta habilitado de pronto a prestar as declarações de estilo e cumprir as demais obrigações defluentes da decretação falencial;
- d) A intimação de Lei de todos os credores e interessados como também as publicações de estilo e demais atos imprescindíveis ao procedimento até final extinção como é de direito

*RM*

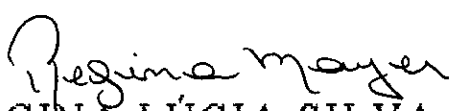


Nestes Termos  
Pede Deferimento

Dá a causa o valor de alçada

São Leopoldo, 29 de dezembro de 1995

  
EDGAR BARCELLOS DE SCHRAMM  
Diretor

  
p.p. REGINA LÚCIA SILVA MAYER  
OAB/RS 32.488